

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **MENOR VALOR**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** **(SIM)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** **13/07/2026 ÀS 08h00.**

**ÍNDICE**

**I EDITAL**

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento legal
- 2** Objeto
- 3** Condições de participação
- 4** Acesso às informações
- 5** Impugnação do edital
- 6** Do orçamento estimado
- 7** Apresentação da proposta de preços
- 8** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços
- 9** Etapa de lances e negociação
- 10** Modo de disputa
- 11** Julgamento

- 12 Habilitação
- 13 Fase recursal
- 14 Adjudicação e homologação
- 15 Preço e dotação
- 16 Condições do ajuste
- 17 Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 18 Condições de recebimento e pagamento
- 19 Penalidades
- 20 Disposições gerais

## **II ANEXOS**

- ANEXO I:** Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Execução do Objeto
- ANEXO II:** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III:** Modelo de Declarações
- ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo
- ANEXO V:** Critérios para Análise Econômico-Financeira
- ANEXO VI:** Minuta de Contrato

## **PREÂMBULO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE, situada na Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 519, Pinheiros, São Paulo, Capital, CEP 05415-030, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 003/2026/CRS-O.G, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de MENOR VALOR TOTAL/GLOBAL ANUAL), objetivando a prestação de serviços descrita(s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925210, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **13/07/2026 ÀS 08h00**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015, da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

## **2 OBJETO**

**2.1** O presente pregão tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital**, sendo certo que o presente objeto será disputado com participação exclusiva de Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte.

**2.2** Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

- 2.2.1.** A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.2.2.** As referências deste edital e de seus anexos ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte abrangem as cooperativas que preenchem as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015.

### **3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 3.1** O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:
- a) atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
  - b) **possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). – Certificado Digital ICP-Brasil.**
- b.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
- b.2)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- c) ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;
  - d) **não** estar em processo de falência;
  - e) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;
- 3.2** **NÃO** é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  - b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- e) OSCIPs atuando nessa condição;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- h) sociedades cooperativas.

**3.3.1** Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, os agentes públicos lotados nesta Coordenadoria regional de Saúde Oeste, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**3.3.1.1** As vedações previstas na cláusula 3.3.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.3** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

## **4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br](mailto:licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br)

**4.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

## **5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail [licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br](mailto:licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.
- 5.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
- a)** se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
  - b)** se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados no item 5.1.1.a.
- 5.2** Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.
- 5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 6 DO ORÇAMENTO ESTIMADO**
- 6.1.** A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.
- 6.1.1.** A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
- 7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, *com o VALOR DO PREÇO TOTAL, com duas casas decimais*, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:
- a)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - b)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;
  - c)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;
  - d)** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - e)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7.2.** A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.
- 7.3** A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 7.4** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.5** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.6** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

- 7.7** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 7.8** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.
- 7.9** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 7.10** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, de acordo com o formulário que segue como Anexos II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.
- 7.11** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.
- 7.12** As licitantes poderão, facultativamente, realizar visita técnica no local de execução dos serviços para coleta de informações e formulação de sua proposta.
- 7.12.1.** A licitante deverá agendar previamente a visita via e-mail [licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br](mailto:licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br), indicando seu representante e sua identificação, até o dia útil anterior ao da abertura do certame, quando será designada a data e o horário da referida visita.
- 7.12.2.** O representante da licitante não receberá qualquer tipo de comprovante de comparecimento de Visita Técnica.
- 7.12.3.** A licitante, independentemente de ter realizado ou não a Visita Técnica, deverá apresentar, juntamente com os documentos de Habilitação, Declaração de Pleno Conhecimento das Especificações do Objeto para execução dos serviços, conforme modelo constante do Anexo III, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento do contrato.

## **8 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 8.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.



- 8.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 8.3** Serão desclassificadas as propostas:
- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
  - b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
  - c)** estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 8.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 8.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 8.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## **9 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

- 9.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 9.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 10 deste Edital.
- 9.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 20 segundos (ou conforme permissão da plataforma ComprasGov) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

- 9.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:
- 9.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 9.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 9.8.3** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 9.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.9** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 9.10.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

- 9.10.1** Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 9.11 deste Edital.
- 9.10.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.
- 9.11** Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.
- 9.12** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 9.13** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**

- 10.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado
- 10.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.
- 10.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 10.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da melhor oferta, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 10.5** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

## **11 JULGAMENTO**

- 11.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço **MENOR VALOR**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 11.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 11.3** Nesta fase serão consultados os cadastros previstos na cláusula 12.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 11.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 11.5** Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 11.3.
- 11.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

## **12 HABILITAÇÃO**

- 12.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 12.2** A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 12.3** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 12.3.1** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 12.3.2** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 12.3.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas

anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

**12.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

**12.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

**12.5.1 Habilitação jurídica:**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício, quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

- d.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.
- d.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- e)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

#### **12.5.3 Qualificação econômico-financeira**

- a)** Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
- a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b)** Comprovação de boa situação financeira, conforme segue:
  - b.1)** Apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (2024 e 2025), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
    - b.1.1)** Caso constituída a pessoa jurídica há menos de 2 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social;
    - b.1.2)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.
  - b.2)** Demonstração dos índices econômico-financeiros, de acordo com o Anexo V, deste edital:
    - b.2.1)** Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados para cada um dos índices mencionados nesta cláusula b.2:

- b.2.2)** A licitante deverá apresentar, preferencialmente em papel timbrado, planilha com os cálculos utilizados para a obtenção dos índices, assinada por profissional habilitado na área contábil.
- b.3)** Comprovação de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% do valor da proposta final apresentada pelo licitante.

#### **12.5.4 Qualificação técnica**

- a)** Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a anterior execução de objeto pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- a.1)** Comprovação mediante atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, em qualquer quantidade;
- a.2)** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.
- a.3)** **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede, para execução e acompanhamento das atividades. Devendo ainda apresentar cópia da CTPS com anotação do vínculo profissional ou, na ausência, cópia do contrato de prestação de serviços, quando se tratar de Profissional Liberal.**

#### **12.5.5 Outros Documentos de habilitação:**

- a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021
- b)** Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c)** Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.



- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
  - e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.
- 12.5.5.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.
- 12.6.** A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:
- 12.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.
  - 12.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
  - 12.6.3** Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.
  - 12.6.4** A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
  - 12.6.5** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 12.6.5.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
  - 12.6.5.2** *Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.*
  - 12.6.6** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
  - 12.6.7** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.



- 12.6.8** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 12.6.9.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa
- 12.7** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA – CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
  - c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria\\_de\\_bens\\_e\\_servicos\\_cobes/empresas\\_punidas/9255](https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255);
  - d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- 12.7.1** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.
- 12.8** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 12.8.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.
- 12.8.1.1** Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensão, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.
- 12.8.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem

de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

- 12.8.3** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 12.8.4** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.8.5** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

### **13 FASE RECURSAL**

- 13.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 13.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 13.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 13.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 13.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

- 13.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.
- 14 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 14.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15 PREÇO E DOTAÇÃO**
- 15.1** O preço do objeto contratado será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 15.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo, se o caso, frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 15.3** O reajustamento do preço observará o previsto no contrato.
- 15.4** Os recursos necessários para a contratação, onerarão a dotação nº **84.00.84.27.10.301.4015.2.520. 3.3.90.39.00. 00.1.500.9001.0** do orçamento vigente.
- 16 CONDIÇÕES DO AJUSTE**
- 16.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias** contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 16.1.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:
- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 16.2** Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 12.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.
- 16.2.1** Como condição para a contratação, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.
- 16.3** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá

providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis** a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

- 16.4** É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 16.4.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.
- 16.4.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> – Coordenadoria Regional de Saúde Oeste - UASG nº 925210.
- 16.4.3** Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.
- 16.4.4** Caso frustrada a providência descrita na cláusula 16.4.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.
- 16.5** Cabe à licitante verificar, no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de contrato (Anexo V) a existência de obrigação de empregar pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional ou mulheres vítimas de violência doméstica, ou ainda de prestar garantia de execução do contrato.

**17 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES**

- 17.1** A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo VI) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.
- 17.1.1** O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta (Anexo II deste Edital), correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.
- 17.1.2** O prazo de execução será de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data determinada para início dos serviços na Ordem de Serviço, podendo ser dilatado pelo prazo máximo de 30 dias, a ser concedido ou não pela CONTRATANTE, nos

termos previstos na minuta de contrato - Anexo VI deste Edital.

- 17.1.3** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.
- 17.1.4** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
- 17.1.5** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.
- 17.1.6** Não obstante o prazo estipulado no subitem 17.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.
- 17.2** A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.
- 17.3** Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

## **18 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

- 18.1** As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo VI deste Edital.
- 18.2** Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal 62.100/22, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

## **19 PENALIDADES**

- 19.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 19.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
  - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

- 19.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;
  - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;
- 19.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 19.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.
- 19.3** Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 19.2 à licitante que:
- 19.3.1** deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;
  - 19.3.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 19.3.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 19.3.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 19.3.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 19.3.2.4** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 19.3.3** ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;
  - 19.3.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 19.3.5** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 19.3.5.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 19.3.5.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 19.3.5.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 19.3.6** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 19.3.7** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 19.4.** Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 19.2 e 19.3, por meio de decisão fundamentada, a pena

de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 19.5** A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.
- 19.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido a Sra. REGIANE DE SANTANA PIVA, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 16 horas. E deverão ser enviados pelo correio eletrônico [licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br](mailto:licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br).
- 19.6.1** Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícias, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 19.7** O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.
- 19.7.1** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.
- 19.8** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.9** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.
- 20 DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 20.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 20.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 20.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 20.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.
- 20.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 20.8.2** Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: [licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br](mailto:licitacaocrsoeste@prefeitura.sp.gov.br).
- 20.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 20.10** Integrarão o contrato, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.
- 20.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.



- 20.12** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 20.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.14** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 20.15** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 20.16** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 20.17** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 20.18** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 20.19** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.
- 20.20** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 15 de junho de 2026.

**SAMUEL MILHORENÇO PIRES**

**Pregoeiro**

**Coordenadoria Regional de Saúde Oeste**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **MENOR VALOR**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** **(SIM)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** **13/07/2026 ÀS 08h00.**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL, ATENDENDO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR E AOS REQUISITOS DA LEI 14.133/21.**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21.

**1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO**

Os trabalhos serão realizados para possibilitar a implantação da UBS Jardim São Domingos, identificação de rede de drenagem, nascentes, árvores e outros obstáculos existentes. Todos os serviços deverão estar de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além das especificações e exigências expressas neste Termo de Referência e

seus anexos.

A área total a ser cadastrada é de aproximadamente 30.774 m<sup>2</sup>, sendo o montante duas áreas objeto de estudo, conforme tabela abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)
Área 1	R. Antônio de Almeida Naves x R. Alfredo Xavier de Andrade x R. Moisés Martins da Silveira x Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia	15091
Área 2	Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia x Rua Alfredo Xavier de Almeida x Rua Cabo Severiano da Costa Sampaio	15683
<b>TOTAL</b>		<b>30774</b>

A **Área 1** está localizada entre as ruas R. Antônio de Almeida Naves, R. Alfredo Xavier de Andrade, R. Moisés Martins da Silveira e Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia. A área encobre o Parque Linear da Jóia, campo de futebol comunitário, Praça Mário Perussi e edifício municipal. A Figura 1 ilustra a primeira área a ser cadastrada.

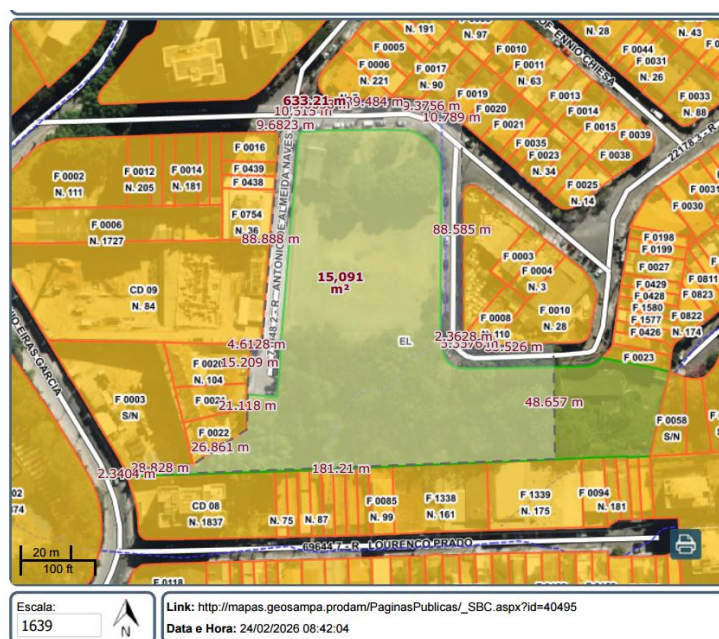


Figura 1: Área 1 (GeoSampa)

A área compreende algumas nascentes do córrego Água Podre subterrâneos e a céu aberto, pertencentes à bacia hidrográfica do córrego Jaguaré. A Figura 2 ilustra a disposição da rede de drenagem.



Figura 2: Disposição da rede de drenagem (GeoSampa)

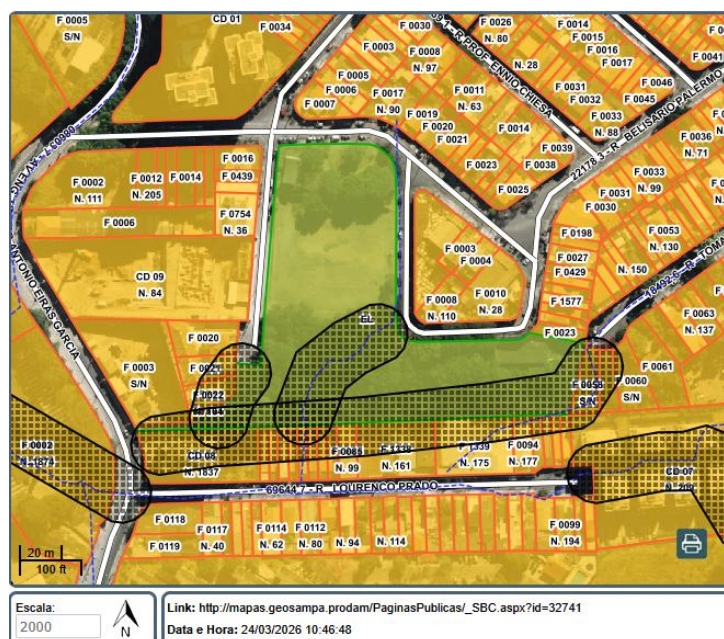
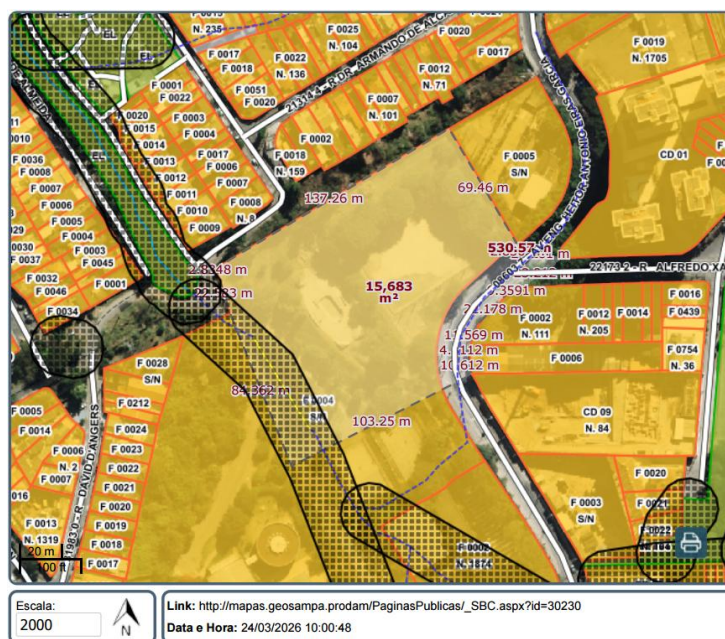


Figura 3: Faixas não edificáveis (GeoSampa)

Conforme plataforma GeoSampa, a área 1 a apresenta faixa não-edificável.

A **Área 2** está localizada dentro do terreno do CEU Butantã, entre a Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, R. Alfredo Xavier de Almeida e R. Cabo Severiano da Costa Sampaio. A área encobre a pista de skate CEU Butantã, áreas verdes e um pequeno lago. A Figura 3 ilustra a segunda área a ser cadastrada.





*Figura 3: Área 2 (GeoSampa)*

Conforme plataforma GeoSampa, a área 2 apresenta faixa não-edificável.

## 1.2. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será realizada nas duas áreas apresentadas acima, ambas na região do Jardim São Domingos.

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)
Área 1	R. Antônio de Almeida Naves x R. Alfredo Xavier de Andrade x R. Moisés Martins da Silveira x Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia	15091
Área 2	Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia x Rua Alfredo Xavier de Almeida x Rua Cabo Severiano da Costa Sampaio	15683
<b>TOTAL</b>		<b>30774</b>

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONSTRATAÇÃO

Em 23 de julho de 2022, com a entrega da Carta de Solicitação do Cidadão, na Secretaria Municipal da Saúde/SEABEVS, oriunda dos moradores do Jardim São Domingos e conselheiros de saúde do território do Butantã, que discorre sobre a necessidade de uma nova unidade básica de saúde nas abrangências onde vive a comunidade, a Supervisão Técnica de Saúde iniciou os estudos sobre a pertinência e a viabilidade do pleiteado, de modo a confirmar tecnicamente se o

propósito está condizente com a realidade do acesso a saúde da população do entorno.

A área estudada para a possível implantação da UBS é ladeada pelas unidades básicas de saúde Malta Cardoso, São Remo, Rio Pequeno e Butantã. Esta última é a mais próxima da população interessada, entretanto, por ser uma unidade de saúde tradicional, ou seja, não possui equipes de estratégia de saúde da família, esta população, que socioeconomicamente é de baixa renda e em sua maioria SUS dependente, ficaria totalmente descoberta da necessária atenção oferecida pela ESF. Para solucionar a carência assistencial, foi decidido que o Centro de Saúde Escola, da Faculdade de Medicina da USP, que possui vigente um Termo de Cooperação junto a Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, ficaria incumbido em disponibilizar uma de suas três equipes ESF para atuar na região da comunidade São Domingos, o que atualmente é a forma que a atenção à saúde funciona para essa população.

A distância entre a população da São Domingos e o Centro de Saúde Escola é de aproximadamente 5 km. Para idosos, crianças, população PCD e gestantes, a acessibilidade é uma problemática. É justamente dentro desta dificuldade que a comunidade e suas lideranças resolveram reivindicar o direito a uma atenção à saúde mais qualificada e acessível.

Importante destacar que a população da comunidade São Domingos não está contida na abrangência do CS Escola. Esta solução foi encontrada para solucionar o problema assistencial. Entretanto, esta situação também dificulta os trabalhos dos profissionais de saúde, haja vista que a distância inviabiliza o deslocamento dos agentes comunitários de saúde até o CS Escola, para depois retornarem aos trabalhos de campo. A gestão do CS Escola tem dificuldades de acompanhar de perto os trabalhos dos agentes, bem como a integração destes com as equipes da unidade de saúde.

Discorrendo sobre as outras UBS que ladeiam a região da comunidade São Domingos, temos a seguinte realidade:

- UBS Malta Cardoso: unidade de saúde mista, com um total de 44.114 usuários cadastrados sem prontuário eletrônico, considerados pela gestão local como população ativa. O número de prontuários de família é de 5.694 e o de prontuário individual de 86.619. No CENSO IBGE de 2022/2024 a população de abrangência estava em 36.645 habitantes
- UBS São Remo: unidade de saúde mista, com 12.960 prontuários ativos e uma população vinculada a ESF de 9.863 pessoas. De acordo com o CENSO IBGE 2022/2024 a população de abrangência estava em torno de 21.002. Esta UBS está situada dentro de uma comunidade, ao

lado da Universidade de São Paulo, em terreno cedido pela própria universidade. A comunidade São Remo é caracterizada por alta vulnerabilidade social. As casas possuem pouca ventilação, o que predispõe a maior prevalência de doenças respiratórias. Há áreas relevantes de invasões e pontos viciados.

- UBS Rio Pequeno: unidade de saúde tradicional, com uma população em torno de 23.650 habitantes, de acordo com o CENSO IBGE 2022/2024.

- UBS Butantã: unidade de saúde tradicional, com uma quantidade de prontuários aberto em torno de 56.000 e uma população de abrangência em torno de 31.336, de acordo com o CENSO IBGE de 2022/2024. Há 47 cortiços e vulnerabilidade social relevante na região.

A implantação de uma unidade de saúde em local estratégico, com excelente acessibilidade de transporte público, que envolva inicialmente uma população em torno de 26.733 habitantes, que possua equipes ESF e que estará próxima ao maior Centro Educacional Unificado do município de São Paulo, o CEU Butantã, será de grande relevância para o território e um passo mais próximo ao processo contínuo de crescimento qualitativo do acesso à saúde pública municipal.

A integração da UBS São Domingos com o CEU Butantã propiciará um enriquecimento do programa de saúde na escola, juntamente com uma maior possibilidade de envolvimento nas campanhas de vacinação, saúde bucal, além das diversas atividades de grupo e PICs que poderão ser realizadas dentro deste espaço. O CEU Butantã também conta com um grande auditório, podendo ser realizados eventos de saúde e de gestão participativa junto aos munícipes do território.

A Supervisão Técnica de Saúde do Butantã apresenta população de 464.395 habitantes, de acordo com o CENSO de 2022, área territorial total de 56,1 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 8.274 hab./km<sup>2</sup>. A região é delimitada pelos Municípios de Taboão da Serra, Cotia e Osasco, além da Marginal do Rio Pinheiros.

Diante das arguições acima elencadas, a Supervisão Técnica de Saúde compactua com a necessidade de implantarmos uma nova unidade básica de saúde no território.

Para subsidiar a implantação da UBS no território é necessária realização de estudos técnicos geográficos e topográficos, de modo a basear os estudos de viabilidade, projeto arquitetônico e complementares de engenharia.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

#### **3.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

3.1.1.O Levantamento topográfico planialtimétrico deverá abranger toda a área do Parque da Jóia, quadra de futebol, edificações envoltórias e ruas adjacentes, além de apresentar as seguintes demandas:

- Planta topográfica digital com ortomosaico atualizado da área;
- Utilização de estacas de campo;
- Representação das coordenadas em UTM na planta junto ao ortomosaico;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – de execução e serviço emitida por profissional responsável tecnicamente e com atribuição legal.

Utilização de equipamentos, tais como:

- GPS módulo RTK;
- Estação Total;
- Nível;
- Drone - RTK;
- Notebook;
- Demais equipamentos auxiliares para a execução do serviço;
- A empresa deve portar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários (ou pertinentes) para o acompanhamento e a execução do serviço no local, como Perneiras, Capacetes, Botas de Segurança, Vestimentas adequadas e demais equipamentos que forem necessários;

#### **3.1.2.Marcos topográficos**

Deverão ser utilizados marcos de concreto cravado, facilmente identificáveis e que ofereçam condições de permanecer inalterados ao longo do tempo, devendo ser apresentado prova de execução dos marcos, através de monografia dos marcos, a ser anexada ao Relatório Técnico.

#### **3.1.3.Desenho topográfico**



O desenho topográfico deverá ser entregue em formato .dwg (Civil 3D) e .pdf apresentando, no mínimo, os seguintes elementos:

- 3.1.4. Data e local do levantamento;
- 3.1.5. Designação (nome) e natureza do empreendimento;
- 3.1.6. Instrumento utilizado, com características principais;
- 3.1.7. Orientação magnética, na data do levantamento;
- 3.1.8. Datum;
- 3.1.9. Perímetro do terreno, com as medidas dos lados da poligonal, ângulos internos, deflexões e área;
- 3.1.10. Curvas de nível de metro em metro, cotas dos vértices e nível de pontos notáveis;
- 3.1.11. Referência de nível (RN) devidamente caracterizado e de fácil localização e identificação;
- 3.1.12. Ruas adjacentes, com nomes, dimensões da via, passeio e acessos, tipo de pavimentação e arborização existentes;
- 3.1.13. Localização da rede elétrica de distribuição e da rede de iluminação pública existente, indicando a localização dos postes, luminárias e transformadores;
- 3.1.14. Localização dos dispositivos de drenagem e redes de água/esgoto, apresentando todos os dados disponíveis das tubulações, tais quais diâmetro, material, profundidade e demais informações pertinentes, apresentando, principalmente, cotas de fundo e de topo dos dispositivos de drenagem;
- 3.1.15. Localização das redes de tubulação de gás, apresentando todos os dados disponíveis das tubulações, tais quais diâmetro, material, profundidade e demais informações pertinentes;
- 3.1.16. Localização das redes aéreas de transmissão de energia, apresentando voltagem da rede, altura dos cabos e faixa de domínio;
- 3.1.17. Localização de redes de comunicação, tais quais telefonia, internet e fibra ótica, indicando altura ou profundidade das redes;
- 3.1.18. Localização de muros, cercas, construções, afloramento de rochas, depressões, nascentes, córregos, cursos d'água perenes ou intermitentes, lagoas, área de brejo ou qualquer outra ocorrência, que existam no terreno ou que estejam nas proximidades e possam interessar ao projeto a ser desenvolvido, indicando largura, seção e nível em relação ao RN;

- 3.1.19. Locação das árvores cujos diâmetros sejam maiores que 0,20 m, medidos a 1,20m do solo e com a indicação aproximada do diâmetro de suas copas (se houver);
- 3.1.20. Áreas de preservação permanente e de conservação, non aedificandi, afastamentos e servidões;
- 3.1.21. Localização, área de projeção, número de pavimentos, tipo de estrutura e cotas das soleiras de eventuais edificações existentes no terreno;
- 3.1.22. Posição das divisas de propriedades vizinhas.

A versão em .pdf do documento deverá estar assinada digitalmente pelo responsável técnico.

**3.1.23. Relatório técnico**

Ao final dos serviços, deverá ser entregue Relatório Técnico, em .docx (Word) e .pdf, apresentando, no mínimo:

- 3.1.24. Dados da contratada e da contratante;
- 3.1.25. Objeto;
- 3.1.26. Finalidade;
- 3.1.27. Período de execução;
- 3.1.28. Localização;
- 3.1.29. Origem (datum);
- 3.1.30. Descrição geral do serviço executado, apresentando o método adotado e relação dos dispositivos cadastrados, em especial das redes de concessionárias;
- 3.1.31. Relação e especificações técnicas dos equipamentos utilizados;
- 3.1.32. Equipe técnica e identificação do responsável técnico;
- 3.1.33. Relação dos documentos produzidos, que deverão ser anexados;
- 3.1.34. Memórias de cálculo, destacando-se:
  - 3.1.34.1. planilhas de cálculo das poligonais;
  - 3.1.34.2. planilhas das linhas de nivelamento.
- 3.1.35. Relatório fotográfico do levantamento topográfico executado;
- 3.1.36. Monografia dos marcos;
- 3.1.37. ART dos respectivos serviços, quitada e com comprovante de pagamento;
- 3.1.38. Declaração de Liberação do Direito Autoral.

As planilhas deverão ser entregues também em formato .xlsx (Excel).

A versão em .pdf do documento deverá estar assinada digitalmente pelo responsável técnico.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Visita Técnica**

A empresa a ser contratada deverá entregar declaração de que está ciente das condições do local onde serão realizados os serviços e não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

##### **4.2. Garantia de Execução**

Não será exigida garantia de execução, visto que o serviço a ser contratado é de baixa complexidade e baixo valor, não sendo necessária a apresentação garantias

##### **4.3. Subcontratação de Serviços**

Não será admitida, visto que esta é utilizada em casos em que o objeto é composto por serviços distintos, quando a Contratada não dispõe de recursos específicos para execução de algum serviço. No caso do objeto deste, tratam-se de serviços usualmente prestados por uma única empresa especializada, não constituindo restritividade indevida.

#### **5. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA**

A CONTRATADA deverá apresentar à Coordenadoria, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a data da assinatura do Contrato, em versão digital:

5.1.1. Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, acompanhadas do comprovante de pagamento do referido documento, registradas no CREA da região onde os serviços forem prestados, sob pena de paralisação dos trabalhos e incorrer nas penalidades dela decorrentes, devendo ser registradas em nome do(s) responsável(is) técnico(s) que comprovou(aram) a capacidade técnico-profissional.

5.1.2. Plano de Trabalho contratual, especificando metodologia de execução dos serviços, cronograma, equipe técnica e equipamentos a serem utilizados.

5.1.3. Toda documentação deverá ser apresentada assinada digitalmente pelo responsável legal e/ou técnico da Contratada.

5.1.4.A Contratada deverá entregar todos os documentos em formato editável (.docx, .xlsx, .dwg, .mpp, etc), além da versão em .pdf.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1. A CONTRATADA deve responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente.
- 6.2. A CONTRATADA deve seguir as demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações pertinentes.
- 6.3. A CONTRATADA deverá observar fielmente o disposto no Edital e todos os Anexos, responsabilizando-se pela qualidade dos trabalhos, cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de execução e segurança dos seus empregados, prepostos e terceiros.
- 6.4. Executar os serviços conforme especificações contidas neste Termo de Referência e em sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à satisfação do escopo e cumprimento do cronograma estabelecido.
- 6.5. Executar os serviços objeto deste com alto nível de qualidade, podendo a CONTRATANTE recusar os serviços que não atenderem a tal requisito, ficando nesta hipótese, obrigada a refazê-los, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;
- 6.6. Assumir toda a responsabilidade pelos serviços prestados, dando por eles total garantia. A execução dos serviços deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança recomendados.
- 6.7. Utilizar somente pessoal qualificado e em número suficiente à realização de todos os serviços relacionados à execução do objeto, assumindo plena e exclusiva responsabilidade por sua contratação, pelos contratos de trabalho celebrados com seus empregados e respectivos encargos decorrentes, incluindo pagamento de seus salários e benefícios, tributos e contribuições correlatas, obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, alojamento, alimentação, transporte, indenizações, multas e outras penalidades eventualmente advindas de infrações cometidas, reclamações judiciais e quaisquer medidas propostas por seus empregados, empregados dos subcontratados, ou terceiros, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, e assumindo integral

responsabilidade por quaisquer reclamações trabalhistas que vierem a ser ajuizadas contra a CONTRATANTE, em relação ao presente Contrato.

- 6.8. Manter rigoroso controle da jornada de trabalho do pessoal empregado na execução do objeto, respeitando sempre o limite legal, bem como os intervalos interjornada e intrajornada, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- 6.9. Responder diretamente por todos os danos e prejuízos causados a terceiros e à CONTRATANTE, por qualquer irregularidade praticada na execução dos serviços contratados, seja por ação, omissão ou negligência.
- 6.10. Responsabilizar-se pela segurança de todos os envolvidos na execução da obra e de terceiros que transitem ou tenham acesso ao local dos serviços, praticando todos os atos necessários à minimização de riscos de acidentes.
- 6.11. Impedir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.12. A CONTRATADA deverá obrigar-se a substituir qualquer um de seus profissionais a pedido da CONTRATANTE, por quaisquer incompatibilidades ou desvio de conduta.
- 6.13. A CONTRATADA deverá fornecer ART referente aos serviços prestados.
- 6.14. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, mão de obra e equipamentos para a execução dos trabalhos. Todos os materiais deverão ser armazenados de forma adequada à conservação de suas características e à fácil inspeção, e deverão ser protegidos contra danos de qualquer natureza. (Abrasão, sujeira, oxidação, etc.);
- 6.15. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos profissionais disponibilizados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições, indenizações, vales refeições, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
- 6.16. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos em legislação ficarão a cargo da CONTRATADA, obrigando-se a mesma a saldá-los na época própria, vez que seus empregados ou profissionais disponibilizados não manterão vínculo empregatício com a CONTRATANTE, além de responder por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços;

- 6.17. Será obrigatória, por parte dos funcionários da CONTRATADA, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), obedecido o disposto na Norma Regulamentadora NR-6. Os funcionários deverão estar devidamente habilitados e registrados, obedecendo as regulamentações sobre segurança e Medicina do Trabalho, contidas nas normas regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho;
- 6.18. A CONTRATADA deve apresentar cronograma de execução em período mensal.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. A CONTRATANTE deverá dar Ordem de Início de Serviço e deverá informar à CONTRATADA deste.
- 7.2. A CONTRATANTE deverá entregar à CONTRATADA, quando do início de vigência do contrato, os documentos que possuir e forem pertinentes à execução do contrato, como plantas, desenhos e arquivos base.
- 7.3. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços por servidores designados, que acompanharão o andamento dos serviços, fiscalizando-os e atestar se serviços foram efetivamente prestados pela CONTRATADA.
- 7.4. A CONTRATANTE deverá prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitadas pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- 7.5. A CONTRATANTE deverá permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA o acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato.
- 7.6. A CONTRATANTE deverá prestar à CONTRATADA diretamente, por parte relacionada e/ou por parceiros comerciais, as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços a executar.
- 7.7. O exercício da fiscalização constante pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA da responsabilidade que assumiu, no tocante à boa qualidade dos serviços prestados.

## **8. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de execução será de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data determinada para início dos serviços na Ordem de Serviço, podendo ser dilatado pelo prazo máximo de 30 dias, a ser concedido ou não pela CONTRATANTE.

## **9. REGIME DE EXECUÇÃO**

Execução indireta, empreitada por preço global, nos termos do Art. 46, da Lei Federal 14.133/2021 e do Art. 491, do Decreto 10.086 /2022.

A adoção do regime de empreitada por preço global justifica-se pela natureza dos serviços, para os quais é possível prever com exatidão a quantidade dos serviços antes da execução.

## **10. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **11.1. Medição dos serviços**

A medição dos serviços será procedida, ao final dos serviços, mediante o aceite dos produtos pelo Fiscal do Contrato.

Após o aceite dos produtos pela fiscalização, a Contratada deverá protocolar solicitação de medição dos serviços.

Recebido o pedido de medição, o Fiscal do Contrato deverá analisar os documentos e, se considerado pertinente, autorizar a emissão da nota fiscal pela Contratada.

### **11.2. Condição de pagamento dos serviços**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a aprovação pela Contratante dos produtos de cada etapa, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura pela contratada com atestado do Gestor/fiscal do contrato e documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações;

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente no Banco do Brasil, conforme Decreto Municipal nº 51.197 de 22/01/2010, publicado no DOC de 23/01/2010 ou excepcionalmente no Departamento do Tesouro, a critério da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

No término de todas as entregas, sendo estas aprovadas pela Contratante, será emitido o

Termo de recebimento de serviços.

## **12. RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do Contrato será recebido em duas etapas: provisória e definitiva.

Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante termo circunstanciado, emitido pelo Fiscal do Contrato após a conclusão do objeto contratual, em até 15 (quinze) dias da comunicação oficial feita pela Contratada.

A Contratada deverá comunicar o término da execução dos serviços à CRS-O até a data limite prevista para o cumprimento do objeto contratual.

Os serviços serão recebidos definitivamente mediante termo de Entrega e Recebimento, assinado pela Diretoria de Obras e pelos representantes legal e técnico da Contratada, em até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do recebimento provisório.

A Contratada cederá os direitos patrimoniais, inclusive os direitos autorais, decorrentes da realização do objeto do presente Edital, para o fim da Administração utilizá-los a seu critério, nos termos do disposto no Art. 349 do Decreto nº 10.086/2022 e Art. 93 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista qualquer direito a indenização referente à esta cessão.

## **13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **13.1. DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A documentação relativa à capacidade técnica operacional consistirá em:

13.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

13.1.2. Comprovação mediante atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, de execução de levantamento topográfico, com quantidade total mínima de 35.000 m<sup>2</sup>;



Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, separadamente, comprovem a experiência requerida do licitante em cada tipo de serviço.

Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

Será permitida a somatória de atestados para comprovar a exigência mínima da quantidade de cada serviço.

Nos atestados em que a licitante conste como consorciada, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pela licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, deverá ser apresentado o ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado, que comprove o percentual de participação no consórcio, ou o atestado não será considerado.

Os Atestados deverão vir acompanhados das CAT's dos respectivos responsáveis técnicos, que conste o nome da licitante como empresa contratada, emitidas pelo CREA, nos termos do § 1º do Art. 468 do Decreto 10.086/2022.

### 13.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.2.1. Proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** que atenda as exigências do EDITAL

### 13.3. DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A documentação relativa à capacidade técnica operacional consistirá em:

13.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

13.3.2. Comprovação mediante atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, de execução de levantamento topográfico, com quantidade total mínima de 35.000 m<sup>2</sup>;

Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, separadamente, comprovem a experiência requerida do licitante em cada tipo de serviço.

Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

Será permitida a somatória de atestados para comprovar a exigência mínima da quantidade de cada serviço.

Nos atestados em que a licitante conste como consorciada, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pela licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, deverá ser apresentado o ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado, que comprove o percentual de participação no consórcio, ou o atestado não será considerado.

13.3.3. Os Atestados deverão vir acompanhados das CAT's dos respectivos responsáveis técnicos, que conste o nome da licitante como empresa contratada, emitidas pelo CREA, nos termos do § 1º do Art. 468 do Decreto 10.086/2022.

#### 14. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇOS REFERENCIAIS

O menor valor global apresentado por uma empresa que cumpra os requisitos de habilitação foi de R\$ 32.527,13 (Trinta e dois mil quinhentos e vinte e sete reais e treze centavos), conforme os serviços discriminados na planilha orçamentária a seguir:

Planilha Orçamentária					
OBRA:	Levantamento palnialtimétrico - UBS Jardim São Domingos	SEM DESONERAÇÃO			
LOCAL:	Área 1 e Área 2 - Butantã, São Paulo/SP	TAXA DO BDI = 20,11%			
		SIURB JUL/2025			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CUSTO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$
ADEQUAÇÕES GERAIS					
01-000-000	TOPOGRAFIA - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS				27.081,12
01-010-000	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	m²	30.774,00	0,88	27.081,12
SUB TOTAL - CUSTOS					27.081,12
TOTAL GERAL COM INCIDÊNCIA DO B.D.I. - PREÇO					32.527,13

## **15. DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A documentação relativa à capacidade técnica operacional consistirá em:

15.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

15.1.2. Comprovação mediante atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, de execução de levantamento topográfico, com quantidade total mínima de 35.000 m<sup>2</sup>;

Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, separadamente, comprovem a experiência requerida do licitante em cada tipo de serviço.

Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

Será permitida a somatória de atestados para comprovar a exigência mínima da quantidade de cada serviço.

Nos atestados em que a licitante conste como consorciada, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pela licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, deverá ser apresentado o ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado, que comprove o percentual de participação no consórcio, ou o atestado não será considerado.

Os Atestados deverão vir acompanhados das CAT's dos respectivos responsáveis técnicos, que conste o nome da licitante como empresa contratada, emitidas pelo CREA, nos termos do § 1º do Art. 468 do Decreto 10.086/2022.

## **16. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO**

A contratada, para fins de formalização do Contrato, deverá apresentar os seguintes documentos:

- Inscrição do CNPJ;
- Contrato Social;
- Cópia do RG e CPF dos responsáveis legais da empresa;
- Inscrição estadual e/ou municipal;
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade de situação com Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Dados Bancários da empresa;
- Relação de empresas onde tenha prestado tipo de serviço compatível ou similar (nome da empresa e contato);
- Comprovante de endereço;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial/empresarial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade civil/simples, acompanhada da prova de diretoria em exercício.
- Outros que a Administração julgar necessários na ocasião da contratação.

São Paulo, 24 de março de 2026.

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Processo SEI: 6018.2026/0025915-7

#### **1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Em 23 de julho de 2022, com a entrega da Carta de Solicitação do Cidadão, na Secretaria Municipal da Saúde/SEABEVS, oriunda dos moradores do Jardim São Domingos e conselheiros de saúde do território do Butantã, que discorre sobre a necessidade de uma nova unidade básica de saúde nas abrangências onde vive a comunidade, a Supervisão Técnica de Saúde iniciou os estudos sobre a pertinência e a viabilidade do pleiteado, de modo a confirmar tecnicamente se o propósito está condizente com a realidade do acesso a saúde da população do entorno.

A área estudada para a possível implantação da UBS é ladeada pelas unidades básicas de saúde Malta Cardoso, São Remo, Rio Pequeno e Butantã. Esta última é a mais próxima da população interessada, entretanto, por ser uma unidade de saúde tradicional, ou seja, não possui equipes de estratégia de saúde da família, esta população, que socioeconomicamente é de baixa renda e em sua maioria SUS dependente, ficaria totalmente descoberta da necessária atenção oferecida pela ESF. Para solucionar a carência assistencial, foi decidido que o Centro de Saúde Escola, da Faculdade de Medicina da USP, que possui vigente um Termo de Cooperação junto a Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, ficaria incumbido em disponibilizar uma de suas três equipes ESF para atuar na região da comunidade São Domingos, o que atualmente é a forma que a atenção à saúde funciona para essa população.

A distância entre a população da São Domingos e o Centro de Saúde Escola é de aproximadamente 5 km. Para idosos, crianças, população PCD e gestantes, a acessibilidade é uma problemática. É justamente dentro desta dificuldade que a comunidade e suas lideranças resolveram reivindicar o direito a uma atenção à saúde mais qualificada e acessível.

Importante destacar que a população da comunidade São Domingos não está contida na abrangência do CS Escola. Esta solução foi encontrada para solucionar o problema assistencial. Entretanto, esta situação também dificulta os trabalhos dos profissionais de saúde, haja vista que a distância inviabiliza o deslocamento dos agentes comunitários de saúde até o CS Escola, para depois retornarem aos trabalhos de campo. A gestão do CS Escola tem dificuldades de acompanhar de perto os trabalhos dos agentes, bem como a integração destes com as equipes da unidade de saúde.

Discorrendo sobre as outras UBS que ladeiam a região da comunidade São Domingos, temos a seguinte realidade:

- UBS Malta Cardoso: unidade de saúde mista, com um total de 44.114 usuários cadastrados sem prontuário eletrônico, considerados pela gestão local como população ativa. O número de prontuários de família é de 5.694 e o de prontuário individual de 86.619. No CENSO IBGE de 2022/2024 a população de abrangência estava em 36.645 habitantes

- UBS São Remo: unidade de saúde mista, com 12.960 prontuários ativos e uma população vinculada a ESF de 9.863 pessoas. De acordo com o CENSO IBGE 2022/2024 a população de abrangência estava em torno de 21.002. Esta UBS está situada dentro de uma comunidade, ao lado da Universidade de São Paulo, em terreno cedido pela própria universidade. A comunidade São Remo é caracterizada por alta vulnerabilidade social. As casas possuem pouca ventilação, o que predispõe a maior prevalência de doenças respiratórias. Há áreas relevantes de invasões e pontos viciados.

- UBS Rio Pequeno: unidade de saúde tradicional, com uma população em torno de 23.650 habitantes, de acordo com o CENSO IBGE 2022/2024.

- UBS Butantã: unidade de saúde tradicional, com uma quantidade de prontuários aberto em torno de 56.000 e uma população de abrangência em torno de 31.336, de acordo com o CENSO IBGE de 2022/2024. Há 47 cortiços e vulnerabilidade social relevante na região.

A implantação de uma unidade de saúde em local estratégico, com excelente acessibilidade de transporte público, que envolva inicialmente uma população em torno de 26.733 habitantes, que possua equipes ESF e que estará próxima ao maior Centro Educacional Unificado do município de São Paulo, o CEU Butantã, será de grande relevância para o território e um passo mais próximo ao processo contínuo de crescimento qualitativo do acesso à saúde pública municipal.

A integração da UBS São Domingos com o CEU Butantã propiciará um enriquecimento do programa de saúde na escola, juntamente com uma maior possibilidade de envolvimento nas campanhas de vacinação, saúde bucal, além das diversas atividades de grupo e PICs que poderão ser realizadas dentro deste espaço. O CEU Butantã também conta com um grande auditório, podendo ser realizados eventos de saúde e de gestão participativa junto aos munícipes do território.

A Supervisão Técnica de Saúde do Butantã apresenta população de 464.395 habitantes, de acordo com o CENSO de 2022, área territorial total de 56,1 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 8.274 hab./km<sup>2</sup>. A região é delimitada pelos Municípios de Taboão da Serra, Cotia e Osasco, além da Marginal do Rio Pinheiros.

Diante das arguições acima elencadas, a Supervisão Técnica de Saúde compactua com a necessidade de implantarmos uma nova unidade básica de saúde no território.

Para subsidiar a implantação da UBS no território é necessário realização de estudos técnicos geográficos e topográficos, de modo a basear os estudos de viabilidade, projeto arquitetônico e complementares de engenharia.

## **2 ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

Como a contratação visa implantar uma Unidade Básica de Saúde, o presente encontra-se inserido no planejamento anual.



### **3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A empresa a ser contratada deverá entregar declaração de que está ciente das condições do local onde serão realizados os serviços e não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Não será exigida garantia de execução, visto que o serviço a ser contratado é de baixa complexidade e baixo valor, não sendo necessária a apresentação garantias.

Não será admitida, visto que esta é utilizada em casos em que o objeto é composto por serviços distintos, quando a Contratada não dispõe de recursos específicos para execução de algum serviço. No caso do objeto deste, tratam-se de serviços usualmente prestados por uma única empresa especializada.

A CONTRATADA deve responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente.

A CONTRATADA deve seguir as demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações pertinentes.

A CONTRATADA deverá observar fielmente o disposto no Edital e todos os Anexos, responsabilizando-se pela qualidade dos trabalhos, cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de execução e segurança dos seus empregados, prepostos e terceiros.

Executar os serviços conforme especificações contidas neste Termo de Referência e em sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à satisfação do escopo e cumprimento do cronograma estabelecido.

Executar os serviços objeto deste com alto nível de qualidade, podendo a CONTRATANTE recusar os serviços que não atenderem a tal requisito, ficando nesta hipótese, obrigada a refazê-los, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

Assumir toda a responsabilidade pelos serviços prestados, dando por eles total garantia. A execução dos serviços deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança recomendados.

Utilizar somente pessoal qualificado e em número suficiente à realização de todos os serviços relacionados à execução do objeto, assumindo plena e exclusiva responsabilidade por sua contratação, pelos contratos de trabalho celebrados com seus empregados e respectivos

encargos decorrentes, incluindo pagamento de seus salários e benefícios, tributos e contribuições correlatas, obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, alojamento, alimentação, transporte, indenizações, multas e outras penalidades eventualmente advindas de infrações cometidas, reclamações judiciais e quaisquer medidas propostas por seus empregados, empregados dos subcontratados, ou terceiros, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, e assumindo integral responsabilidade por quaisquer reclamações trabalhistas que vierem a ser ajuizadas contra a CONTRATANTE, em relação ao presente Contrato.

Manter rigoroso controle da jornada de trabalho do pessoal empregado na execução do objeto, respeitando sempre o limite legal, bem como os intervalos interjornada e intrajornada, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Responder diretamente por todos os danos e prejuízos causados a terceiros e à CONTRATANTE, por qualquer irregularidade praticada na execução dos serviços contratados, seja por ação, omissão ou negligência.

Responsabilizar-se pela segurança de todos os envolvidos na execução da obra e de terceiros que transitem ou tenham acesso ao local dos serviços, praticando todos os atos necessários à minimização de riscos de acidentes.

Impedir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

A CONTRATADA deverá obrigar-se a substituir qualquer um de seus profissionais a pedido da CONTRATANTE, por quaisquer incompatibilidades ou desvio de conduta.

A CONTRATADA deverá fornecer ART referente aos serviços prestados.

A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, mão de obra e equipamentos para a execução dos trabalhos. Todos os materiais deverão ser armazenados de forma adequada à conservação de suas características e à fácil inspeção, e deverão ser protegidos contra danos de qualquer natureza. (Abrasão, sujeira, oxidação, etc.);

A CONTRATADA deverá responder, em relação aos profissionais disponibilizados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições, indenizações, vales refeições, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos em legislação ficarão a cargo da CONTRATADA, obrigando-se a mesma a saldá-los na época própria, vez que seus empregados ou

profissionais disponibilizados não manterão vínculo empregatício com a CONTRATANTE, além de responder por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços;

Será obrigatória, por parte dos funcionários da CONTRATADA, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), obedecido o disposto na Norma Regulamentadora NR-6. Os funcionários deverão estar devidamente habilitados e registrados, obedecendo as regulamentações sobre segurança e Medicina do Trabalho, contidas nas normas regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho;

A CONTRATADA deve apresentar cronograma de execução em período mensal.

#### **4 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO**

A estimativa das quantidades para contratação foi realizada a partir de vistoria técnica no local e seus preços através de consulta no “Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil” (SINAPI) e/ou nas tabelas oficiais de custos da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB). Expressa-se a base legal para uso da tabela de custos SINAPI para elaboração de orçamentos de serviços de engenharia, através do decreto nº 7983, de abril de 2013. Tal decreto estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

#### **5 LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Considerando que as aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio de licitar, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

Considerando que a CRS-O não dispõe de mão de obra especializada em seu quadro funcional de profissionais para execução do serviço exigido pela demanda;

Foi realizada pesquisa de contratações similares em SMS e mostrou disponibilidade de empresas no oferecimento de serviços técnicos de levantamento planialtimétrico cadastral.

## **6 ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO**

A pesquisa de preço deve ser realizada através de consulta no “Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil” (SINAPI) e/ou nas tabelas oficiais de custos da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB). Expressa-se a base legal para uso da tabela de custos SINAPI para elaboração de orçamentos de serviços de engenharia, através do decreto nº 7983, de abril de 2013. Tal decreto estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

## **7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Esta equipe técnica conclui que a solução aplicável para atendimento da demanda seria contratar empresa especializada para realização do serviço, visto que a CRS-O não dispõe de mão de obra nem corpo técnico para execução do mesmo.

## **8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Preliminarmente, este grupo técnico detecta que existe a possibilidade de agrupamento de alguns itens, tendo em vista a natureza similar e a complementariedade na execução dos serviços. No entanto, outros itens, por não possuírem correlação, permanecerão individualizados de forma a permitir maior competitividade.

## **9 RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação de empresa especializada no serviço visa entregar a documentação técnica, necessária para investigação preliminar e análise de viabilidade para implantação do equipamento público de Saúde. A contratação, também, desobriga a adaptação de um corpo técnico da CRS-O realizar o serviço, tendo que se qualificar para o mesmo. Isso possibilita a dedicação de recursos humanos às demandas que atendam as atividades fim da CRS-O.

#### **10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Não há necessidade de adequação do ambiente da CRS-O em primeiro momento.

#### **11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não foi possível encontrar contratações correlatas nessa Coordenadoria.

#### **12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

No decorrer da execução dos serviços, todo resíduo gerado deverá ser mantido fora do local de trabalho. Não será admitido depósito de resíduos de construção e demolição nas dependências internas das edificações. Os resíduos sólidos de construção e demolição gerados, bem como os resultantes da escavação de solos deverão ser adequadamente acondicionados de forma provisória para segregação e futura destinação final. Para tanto a CONTRATADA deverá utilizar caçambas estacionárias, do tipo containers, em que os resíduos deverão ser segregados conforme classificação CONAMA (Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002), transportados e destinados conforme a Lei Municipal 10.847/2010 e o Decreto nº 18.481/2013. A CONTRATADA deverá ter de disponibilizar o número de contêineres necessário para o adequado gerenciamento dos resíduos gerados na Obra.

Conforme Legislação Ambiental vigente fica vedado aos transportadores o transporte na mesma

caçamba, de resíduos da construção civil de classes A, B, C e D, ou misturados com resíduos domiciliares (orgânicos e recicláveis), com resíduos contaminados, com resíduos perigosos classe I, resíduos de serviço de saúde ou com qualquer outro resíduo que não seja classificado pela legislação como resíduos da construção civil, de acordo com a sua licença ambiental.

O custo e a forma de transporte, bem como a destinação final de todo e qualquer resíduo gerado durante a execução da obra é de responsabilidade da CONTRATADA, e deve atender as normas NBR 10.004, NBR 13.221 e RESOLUÇÃO CONAMA N° 307, DE 5 DE JULHO DE 2002, devendo ser apresentado, nos casos especificados em lei, o Plano de Gerenciamento Integrado de

Resíduos da Construção Civil - PGRCC.

A limpeza do local da prestação do serviço será acompanhada pela FISCALIZAÇÃO da CRS-O, bem como a retirada da carga de resíduos gerada.

Caso os procedimentos de controle de transporte de resíduos exigidos não forem observados, a Fiscalização da CRS-O poderá paralisar os serviços e solicitar a presença da SP Regula para eventuais providências.

### **13 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar consoante o inciso XIII, art.7º da IN 40 de 22 de maio de 2020 da SEGES/ME.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **MENOR VALOR**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** **(SIM)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** **13/07/2026 ÀS 08h00.**

**ANEXO III- MODELO PROPOSTA PREÇOS**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODAS AS LICITANTES)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO:**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para atendimento às unidades de saúde desta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

A..... (empresa) inscrita no CNPJ sob nº .....  
..... estabelecida  
na....., nº....., telefone  
nºs....., e-mail....., propõe executar o objeto licitado,  
considerando todas as regras e condições previstas no edital de licitação e respectivos anexos, em especial na

minuta contratual e no termo de referência, encartados no procedimento suprarreferido, conforme itens e valores abaixo discriminados:

**A PLANILHA ABAIXO É EXEMPLIFICATIVA, NÃO CONSIDERAR OS VALORES NELA CONTIDOS**

Planilha Orçamentária					
OBRA:	Levantamento palnialtimétrico - UBS Jardim São Domingos	SEM DESONERAÇÃO			
LOCAL:	Área 1 e Área 2 - Butantã, São Paulo/SP	TAXA DO BDI = 20,11%			
		SIURB JUL/2025			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CUSTO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$
ADEQUAÇÕES GERAIS					
01-000-000	TOPOGRAFIA - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS				27.081,12
01-010-000	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	m²	30.774,00	0,88	27.081,12
SUB TOTAL - CUSTOS					27.081,12
TOTAL GERAL COM INCIDÊNCIA DO B.D.I. - PREÇO					32.527,13

**OBS.: Para fins de lances na sessão de pregão será considerado o MENOR VALOR.**

#### **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- Prazo de execução:** 30 (trinta) dias corridos, a partir da data determinada para início dos serviços na Ordem de Serviço.
- Prazo de validade das propostas:** no mínimo 60 (sessenta) dias corridos a contar da datada abertura da sessão.
- Condição de pagamento:** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a aprovação pela Contratante dos produtos de cada etapa, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura pela contratada com atestado do Gestor/fiscal do contrato e documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.
- Informar os dados bancários da empresa (obrigatoriamente no Banco do Brasil) para efeito de pagamento, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 51.197/2010.**

#### **DAS DECLARAÇÕES:**

- Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

**COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE**

- 02.** Declara que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 03.** Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 04.** Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integram o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 05.** Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando os prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

**DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.**

**São Paulo, xx de xxxxxx de 2026**

---

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR VALOR

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** (SIM)

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** 13/07/2026 ÀS 08h00.

**ANEXO V**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE**

- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos
- 5) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 6) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 7) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 8) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 9) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 10) estar ciente sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL

(local do estabelecimento), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **MENOR VALOR**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** **(SIM)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** **13/07/2026 ÀS 08h00.**

**ANEXO IV**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E  
INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável pela Empresa**

(Nome Completo do representante legal/procurador/Cargo/Carimbo do CNPJ)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR VALOR

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** (SIM)

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** 13/07/2026 ÀS 08h00.

**ANEXO VI**

**(BALANÇO PATRIMONIAL)**

A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, pela análise do balanço e será realizada mediante apuração de índices contábeis definidos pela Coordenadoria de Finanças e Orçamento da Secretaria Municipal da Saúde, a ser firmado por um técnico de contabilidade ou contador responsável, e pelo Administrador da Sociedade com poderes de representação e/ou procurador, sendo aferido por meio dos índices de: Liquidez Geral – LG e Liquidez Corrente – LC e Endividamento (EN), na seguinte conformidade:

**LIQUIDEZ GERAL (LG)**, assim composto:

**LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)**, que deverá ser maior ou igual a 1,0 (um)

E

**LIQUIDEZ CORRENTE (LC)**, assim composto:

**LC = AC / PC**, que deverá ser maior ou igual a 1,0 (um)

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável em longo prazo

ELP = Exigível em longo prazo

AT = Ativo Total

**SOLVÊNCIA GERAL**, assim composto:

**ATIVO TOTAL/PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**, que deverá  
ser maior ou igual a 1,0 (um)

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do Contador*  
*Nº Registro no Conselho*

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do Responsável pela Empresa*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/CRSO/2026**

**PROCESSO Nº** 6018.2026/0025915-7

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **MENOR VALOR**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** **(SIM)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral**, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21, para implantação da UBS Jardim São Domingos, Unidades de Saúde pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 925210

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** **13/07/2026 ÀS 08h00.**

**ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**Minuta**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº:** xxx

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 90006/CRSO/2026

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº:** 6018.2026/0025915-7

**CONTRATANTE:** PMSP/SMS/COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE.

**CONTRATADA:** xxx

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21.

**VALOR TOTAL CONTRATUAL:** R\$ xxx

**DOTAÇÃO A SER ONERADA:** xxx

**NOTA(S) DE EMPENHO:** xxx

O Município de São Paulo, por meio da **COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE**, com sede na Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, nº 519 - Pinheiros - Município de São Paulo, na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.392.148/0022-44, neste ato representado(a) pela Coordenadora Sra. **REGIANE DE SANTANA PIVA**, com a competência delegada pelo Decreto Municipal nº 59.685, de 13 de agosto de 2020, e de acordo com a Portaria SMS.G nº 727, de 06 de agosto de 2018, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 6018.2026/0025915-7 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente contrato é a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço técnico de levantamento planialtimétrico cadastral, atendendo à legislação em vigor e aos requisitos da Lei 14.133/21**, conforme especificações do Termo de Referência e nas condições estabelecidas neste contrato.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital da Licitação;
- 1.2.3.** A Proposta da CONTRATADA;
- 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.3.** Local de Execução dos Serviços:

A execução dos serviços será realizada em duas áreas, ambas na região do Jardim São Domingos, São Paulo - SP. Conforme se verifica no descritivo exposto no Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)
Área 1	R. Antônio de Almeida Naves x R. Alfredo Xavier de Andrade x R. Moisés Martins da Silveira x Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia	15091
Área 2	Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia x Rua Alfredo Xavier de Almeida x Rua Cabo Severiano da Costa Sampaio	15683
<b>TOTAL</b>		<b>30774</b>

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90006/CRSO/2026

PROCESSO nº 6018.2026/0025915-7

**2.1.** O prazo de execução será de **30 (trinta) dias corridos**, a partir da data determinada para início dos serviços na Ordem de Serviço, podendo ser dilatado pelo prazo máximo de 30 dias, a ser concedido ou não pela CONTRATANTE.

**2.2.** Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa do Contratado:

**2.2.1.** A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis as penalidades previstas na lei e neste instrumento;

**2.2.2.** A CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato, mediante a aplicação das penalidades previstas na lei e neste instrumento.

**2.3.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1.** As condições de execução e recebimento do objeto, incluindo o local da prestação do serviço, a periodicidade da aferição e eventual cronograma, constam no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integra este contrato.

**3.2.** Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo da prestação do serviço nas seguintes condições:

**a)** apresentados até a data final prevista para a sua execução; e

**b)** instruídos com as justificativas e respectiva comprovação.

**3.3.** A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e os termos deste contrato.

**3.4.** Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do que foi executado no período de aferição definido no Termo de Referência, o qual será apresentado pela CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se o objeto foi executado a contento.

**3.5.** O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**3.6.** Em caso da identificação de serviços que não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, a CONTRATADA se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.

**3.7.** Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.

**3.8.** O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** O valor estimado da presente contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: xxxxxx

**5.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, pela CONTRATADA, da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.

**6.2.** Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será suspensão, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**6.3.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

**6.4.** Havendo atraso nos pagamentos por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.

**6.4.1** A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

**6.5.** Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

**6.6.** Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.

**6.7.** Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1.** O preço contratado é fixo e não sofrerá reajuste.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas, no Termo de Referência e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

- 8.1.1.** cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;
- 8.1.2.** proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;
- 8.1.3.** designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);
- 8.1.4.** acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;
- 8.1.5.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 8.1.6.** efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;
- 8.1.7.** verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;
- 8.1.8.** aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- 8.1.9.** exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;
- 8.1.10.** atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;
- 8.1.11.** receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**8.2.** A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A CONTRATADA se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência, e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

- 9.1.1.** Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo CONTRATANTE e conforme as disposições do Edital da Licitação, do Termo de Referência e deste contrato;
- 9.1.2.** manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;



- 9.1.3.** manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o presente instrumento, oferecendo, sempre que necessário e mediante justificativa da CONTRATANTE amostras para análise da conformidade, assumindo o ônus das análises;
- 9.1.4.** empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- 9.1.5.** enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;
- 9.1.6.** cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do serviço prestado;
- 9.1.7.** responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- 9.1.8.** executar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;
- 9.1.9.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.10.** comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;
- 9.1.11.** manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.12.** assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.13.** assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;
- 9.1.14.** cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.15.** não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.16.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.1.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.1.18.** Comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

**10.1.1** Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

**10.1.2** Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

**10.2.** O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”

**10.3.** Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

- a) Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.
- b) manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.
- c) Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d) Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
- e) Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
- f) A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.
- g) Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.
- h) A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:
  - h.I - os dados se tornarem desnecessários;
  - h.II - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;
- i) A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.
- j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.
- k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

**10.4.** Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

**10.4.1** Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 10.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;
- II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;
- III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;
- IV – descrição das possíveis consequências do incidente;
- V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;
- VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;
- VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

**10.4.2.** As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

**10.4.3.** A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

**10.5** A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

**10.5.1.** A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

- I – confirmação da existência de tratamento;
- II – acesso aos dados pessoais;
- III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- V – informação sobre compartilhamento de dados;
- VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

**10.5.2.** A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

**10.5.3.** As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

**10.6.** A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

**10.6.1.** A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

**10.6.2.** A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

**10.7** A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$ xxx (xxx), correspondente ao importe de **5% (cinco inteiros por cento)** do valor do contrato, sob qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA apresentá-la no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da data da assinatura deste contrato, nos termos do art. 125, §1º, do Decreto nº 62.100/22.

**11.1.1** O seguro-garantia ou fiança bancária deverão observar os requisitos e parâmetros previstos na Portaria SF nº 338/2021 e alterações.

**11.2** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar ou renovar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre ao mesmo percentual previsto na cláusula 11.1.

**11.3.** O não cumprimento do disposto nas cláusulas 11.1 e 11.2 ensejará aplicação das penalidades previstas neste contrato.

**11.4.** A garantia poderá ser utilizada para satisfazer quaisquer débitos, perdas ou danos decorrentes da execução deste contrato, sofridos pelo CONTRATANTE ou por terceiros, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial deste contrato e as multas aplicadas à CONTRATADA.

**11.5.** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da CONTRATADA, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.

**11.5.1** Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do CONTRATANTE, a garantia será retida, e poderá ser utilizada para garantia do juízo.

**11.6.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.7** A garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de **60 (sessenta) dias**, para além do prazo estimado para encerramento da execução do contrato pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**12.1.** O descumprimento do contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

**12.2.** Multa por descumprimento do cronograma: 1% (um por cento) sobre o valor referente à parcela que deveria ser executada, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).

**12.2.1.** Ocorrendo atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE deverá recusar o recebimento, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

**12.2.2.** Na hipótese da subcláusula 12.2.1, o objeto poderá ser recebido, excepcionalmente, mediante justificativa da CONTRATANTE, aplicada a multa prevista na cláusula 12.4.

**12.3.** Multa pela execução do objeto em desacordo com as especificações técnicas: até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto executado incorretamente, a ser fixada nos termos da cláusula 12.9, sem prejuízo da obrigação de refazimento.

**12.3.1.** Na hipótese desta cláusula 12.3, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

**12.4.** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada.

**12.5** Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

**12.5.1.** Na mesma multa incorrerá a CONTRATADA quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela CONTRATANTE.

**12.6.** Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD): até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 12.9.

**12.7.** Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste, não capitulada em cláusula específica: 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento, observados os critérios da cláusula 12.9.

**12.7.1.** Na hipótese desta cláusula 12.7, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

**12.8.** Nas hipóteses das cláusulas 12.4, 12.5 e 12.6, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:

**a)** da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**b)** da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.9.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10.** As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.

**12.11.** O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da CONTRATADA.

**12.11.1.** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela CONTRATADA.

**12.11.2.** O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

**12.11.3.** Se o valor das faturas devidas à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

**12.11.4.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

**12.11.5.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**12.12.** Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto nº 62.100/2022.

**12.13.** A CONTRATANTE, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, em advertência, observados os critérios da cláusula 12.9.

**12.14.** O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

**12.15.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles fixados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando da conclusão do seu objeto.

**13.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO**

**14.1.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

**14.2.** As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90006/CRSO/2026

PROCESSO nº 6018.2026/0025915-7



**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.5.** O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1** As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes.

**18.2** Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.



São Paulo, dd de mmm de aaaa.

**REGIANE DE SANTANA PIVA**  
**COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE**  
**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**Nome:**

**TESTEMUNHAS:**